



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

PARECER Nº 035/2021

PROJETO DE LEI Nº 042/2021

Projeto de Lei nº 042/2021, que “Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal do Idoso no âmbito do Município de Bom Jardim de Minas e dá outras providências”.

RELATÓRIO:

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Prefeito Municipal, dispõe sobre a criação do Conselho Municipal do Idoso (CMI) e do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (FUMID).

PARECER:

O presente Projeto de Lei apresenta alguns equívocos na numeração de parágrafos, artigos e na nomenclatura das Secretarias Municipais. Também há equívoco no apontamento da Lei que se deseja referenciar, que é a Lei Federal nº 12.213/2010 e não 2.213. Outro ponto que não condiz com a realidade é a existência de Diretoria Contábil-Financeira dentro da Secretaria de Fazenda (erroneamente apontada como Secretaria de Finanças). Não menos importante, cabe ressaltar que o Conselho Municipal do Idoso não está sendo criado, pois já existe. Então, sugerimos uma emenda que modifique o termo “criação” por “reformulação”. Também decidimos pela nomenclatura única do conselho, que há variações no corpo do texto, como “Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa”.

Quanto ao mérito, justifica-se a importância do Conselho que além de atender ao princípio da democracia participativa, servirá como instrumento para a criação de políticas voltadas para a população idosa. Já o Fundo servirá para captação de recursos, inclusive à Associação Beneficente Lar Divino Espírito Santo.

Sobre o Conselho, há poucas inovações em relação à Lei existente (Lei nº 1.250/2008). Competências relacionadas à administração do FUMID estão incluídas e caberá ao CMI avaliar e deliberar sobre a aplicação dos recursos a este fundo. O Conselho também passará a ter 10 membros com representantes do poder público e da sociedade civil em igual número. As comissões deliberaram e decidiram por estabelecer as vagas reservadas para a Sociedade Civil da seguinte forma: 01 representante de grupos da 3ª idade, 01 para o Asilo (Lar Divino Espírito Santo), 01 para membro da Associação São Vicente de Paula e 02 vagas para civis maiores de 60 anos, escolhidos em assembleia popular.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

As principais leis que consolidam as políticas para as pessoas idosas são as Leis nº 8.842/1994, que “Dispõe sobre a Política nacional do Idoso e cria o conselho Nacional do Idoso” e a Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso). O projeto em pauta atende aos preceitos de ambas as normas. Em relação ao FUMID, o projeto segue o padrão da Lei Federal nº 12.213/2010, que cria o Fundo Nacional do Idoso e autoriza a dedução do Imposto de Renda das doações a este fundo. Para as doações aos fundos municipais, a Lei Federal nº 13.797/2019 permitiu as doações de contribuintes pessoas físicas (até 3% do imposto devido) e jurídicas (até 1% do imposto devido).

A gestão do Fundo ficará a cargo da secretaria de Ação Social, mesmo órgão ao qual se vincula o Conselho.

CONCLUSÃO:

Face ao exposto, concluímos, baseados no Parecer Jurídico, que o presente Projeto é plenamente regular e legal, desde que feitas as correções apontadas neste parecer.


Mateus Carvalho Vitoriano
Relator


José Maria de Paula
Relator

Manifestação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação:

Aprovamos o Voto dos Relatores, transformando-o em Parecer desta comissão.


Alexsandro de Almeida Nardy
Presidente


Manoel Carlos de Souza Abbud
Membro

Manifestação da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social:

Aprovamos o Voto dos Relatores, transformando-o em Parecer desta comissão.


Manoel Carlos de Souza Abbud
Suplente


Pedro Vanderli de Rezende
Membro

Bom jardim de Minas, 30 de junho de 2021.